



CÂMARA MUNICIPAL DE CODAJÁS

PARECER N.º 002/2025- Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final

REFERENTE: Projeto de Lei Ordinária n.º 025/2024

AUTORIA: Mesa Diretora Poder Legislativo

RELATORIA: Vereadora Nicole Katllen de Souza Miranda

DATA: 07 de março de 2025

1. RELATÓRIO

O Projeto de Lei Ordinária n.º 025/2024, de autoria da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Codajás, dispõe sobre a regulamentação das diárias concedidas aos vereadores para custear despesas com deslocamentos, hospedagens e alimentação em atividades relacionadas ao exercício do mandato, fora do município.

A proposta foi encaminhada para análise desta Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, conforme determina o regimento interno.

2. ANÁLISE JURÍDICA E CONSTITUCIONAL

A competência legislativa para dispor sobre o tema encontra amparo nos artigos 29 e 30 da Constituição Federal, que conferem autonomia aos municípios para organizar seu funcionamento administrativo e financeiro, bem como fixar subsídios e vantagens dos agentes políticos. Ademais, a iniciativa do projeto pela Mesa Diretora revela-se adequada, conforme estabelece o Regimento Interno da Câmara Municipal.

O projeto atende aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, previstos no caput do artigo 37 da Constituição Federal. A fixação de critérios objetivos para a concessão de diárias visa conferir transparência e controle aos gastos públicos, em consonância com as orientações dos Tribunais de Contas.

3. MÉRITO

O projeto apresenta critérios claros para a concessão de diárias, incluindo:

Definição precisa dos valores conforme a distância e a duração das viagens;

Necessidade de justificativa e comprovação das despesas por meio de relatórios e documentos;

Impedimento da acumulação indevida de diárias;

Previsão de ressarcimento em caso de não realização do deslocamento.

Tais medidas buscam assegurar que as diárias sejam utilizadas exclusivamente para cobrir despesas efetivas e necessárias ao exercício das funções parlamentares, evitando abusos e promovendo a economicidade e a transparência dos recursos públicos.



CÂMARA MUNICIPAL DE CODAJÁS

4. CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final opina favoravelmente pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária n.º 025/2024 por entender que a matéria está revestida de constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, além de contribuir significativamente para a transparência e a eficiência no uso dos recursos públicos.

Sala das Comissões, 07 de março de 2025.



JOZENILSON LOPES DE PONTES

Vereador Presidente



NICOLE KATLLEN DE SOUZA MIRANDA

Vereadora Relatora



JOAO JOSE DA SILVA FILHO

Vereador Membro